

**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

**PARECER Nº 321/2025 - ADVOSF**

Processo nº 00200.010786/2024-01

*Conferência de minuta de edital de pregão, na forma eletrônica, pelo critério do menor preço global, cujo certame destinar-se-á a viabilizar a contratação empresa de engenharia para a fornecimento de insumos e a execução de serviços comuns de engenharia em módulos do Bloco 14, de modo a permitir melhor acomodação do pessoal lotado na Secretaria de Polícia Legislativa do Senado Federal (SPOL). Observações e recomendações.*

**I - RELATÓRIO**

Vem a esta Advocacia os autos do processo em referência, a teor do que dispõem o art. 53 da Lei nº 14.133/2021 e o art. 22 do Ato da Diretoria-Geral nº 14/2022, a fim de que seja analisada a minuta de edital de pregão eletrônico constante do documento nº 00100.074106/2025-88.

O procedimento licitatório proposto objetiva a realização de licitação tendente a viabilizar a contratação empresa de engenharia para a fornecimento de insumos e execução de serviços comuns de engenharia em módulos do Bloco 14, de modo a adequar os respectivos espaços e, por conseguinte, permitir melhor acomodação do pessoal lotado na Secretaria de Polícia Legislativa do Senado Federal.

Os Documentos de Formalização de Demanda (DFD's nº 178/2024 e nº 103/2023), a Solicitação de Contratação nº 1.730, o Mapa de Riscos e o Termo de Referência que serviram de base para a elaboração da minuta de edital em apreço constam dos documentos nºs



**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

00100.093601/2024-13, 00100.093602/2024-50, 00100.093603/2024-02, 00100.073295/2025-71 e 00100.073695/2025-87.

Segundo informações prestadas pela Secretaria de Administração de Contratações constantes do documento nº 00100.093605/2024-93, a contratação sob análise (Solicitação de Contratação nº 1.730, com valor total originalmente estimado em R\$ 700.000,00 – documento nº 00100.093603/2024-02), foi aprovada pelo Comitê de Contratações do Senado Federal, nos termos do inciso I do art. 8º do Regulamento Administrativo do Senado Federal.

A elaboração do Estudo Técnico Preliminar para a contratação em análise foi dispensada pelo Comitê de Contratações, nos termos do inciso II do § 1º do art. 3º do Anexo II do ADG nº 14/2022, tendo em vista as justificativas constantes da Alínea A do Termo de Referência (cf. os documentos nºs 00100.073695/2025-87 e 00100.062933/2025-29).

De acordo com o que consta do Termo de Referência logo acima mencionado, a contratação pretendida se justifica em razão da admissão dos novos policiais legislativos aprovados por meio do último Concurso Público realizado em 2022, os quais estão lotados na Secretaria de Polícia do Senado Federal, o que está a exigir a necessária adequação de espaços físicos localizados no Bloco 14 do Complexo Arquitetônico do Senado Federal, de modo a resolver o problema de limitação de área naquele local e, por conseguinte, proporcionar acomodação funcional a esses novos servidores lotados na SPOL.

Conforme assevera a SINFRA, órgão técnico responsável pela elaboração do Termo de Referência que ampara a presente proposta de contratação, o conjunto de serviços e materiais a ser contratado pode ser decomposto em atividades simples, padronizáveis e pouco complexas,



**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

perfeitamente mensuráveis, cujas especificações podem ser objetivamente definidas e encontradas amplamente no mercado de engenharia de todo o país. Portanto, tais serviços podem ser classificados como serviços comuns para efeito da definição da modalidade de licitação a ser adotada como forma de viabilizar sua contratação

A SINFRA consignou no respectivo TR que o objeto da contratação será executado de forma indireta, sob o regime de empreitada integral, pois o Senado Federal não tem condições de executá-lo diretamente, haja vista não possuir em seus quadros servidores capacitados para a execução dos serviços nem dispor dos materiais, ferramentas e equipamentos necessários. Por outro lado, aduz haver no mercado empresas especializadas aptas a prestar tais serviços de forma eficiente e econômica.

A SINFRA recomendou, ainda, a adoção do critério de seleção pelo menor valor global, salientando que os serviços pretendidos são compostos por etapas complementares e interdependentes. Caso cada uma das parcelas do conjunto de serviços venha a ser contratado separadamente, corre-se o risco de comprometimento do conjunto a ser contratado, pois, além da enorme dificuldade em se definir a responsabilidade de cada empresa prestadora que vier a causar o insucesso do empreendimento, não será possível sincronizar a execução de cada uma das etapas de modo a atender tempestivamente às necessidades que se apresentam. Assim, não é viável a contratação de diferentes empresas para a execução de itens do objeto isoladamente.

A despesa com a pretendida contratação, incluindo o acréscimo dos Benefícios e Despesas Indiretas (BDI), foi estimada em R\$ 813.410,98 (oitocentos e treze mil, quatrocentos e dez reais e noventa e



**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

oito centavos). Para chegar a esse valor, a SINFRA empreendeu pesquisa de preços para todos os itens que compõem o objeto pretendido, a qual encontra-se acostada aos autos por meio dos documentos nº 00100.056059/2025-91 e seus anexos.

A partir dessa pesquisa, foi elaborado os respectivos orçamentos, já com a inclusão dos acréscimos dos Benefícios e Despesas Indiretas (BDI), cujas planilhas orçamentárias foram objeto de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART/CREA-DF), essa registrada em nome do servidor Thauler Ferreira Bispo de Souza, engenheiro civil e coordenador de orçamentos (documento nº 00100.061523/2025-61). Assim, nos termos do art. 18, § 3º, do ADG nº 14/2022, estaria dispensada a ratificação da mencionada pesquisa de preços pela COCVAP/SADCON (vide doc. nº 00100.057504/2025-30).

No Termo de Referência, há recomendação para que seja vedada a subcontratação parcial ou total do objeto pretendido, assim como foi proposta a exigência de que as licitantes devam apresentar, por ocasião da fase externa do certame, atestados de capacidade técnico-profissional e técnico-operacional e demonstração de qualificação econômico-financeira compatíveis com o vulto e com a complexidade dos serviços pretendidos. Segundo consta do TR, as exigências de atestados de capacidade técnica e de demonstração da qualificação econômica e financeira da futura contratada se justificam em razão da necessidade de reduzir os riscos do empreendimento.

Ademais, deverá ser exigida das licitantes a comprovação de registro ou inscrição da licitante no CREA ou no CAU, uma vez que o objeto do presente Termo de Referência contempla a execução de atividades exclusivas das profissões de engenheiros e/ou arquitetos, havendo,



**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

portanto, necessidade de tanto a licitante quanto respectivo responsável técnico sejam legalmente registrados nos respectivos conselhos profissionais.

O órgão técnico responsável pela elaboração do TR subjacente consignou no dito documento que não será possível contemplar no certame o tratamento favorecido previsto no art. 48, I, II e III, da referida lei, tendo em vista a indivisibilidade do objeto, o fato de o valor estimado para a contratação superar o limite de R\$ 80.000,00, bem assim a vedação à subcontratação de parcelas do objeto.

Consoante o que também ficou registrado no aludido Termo de Referência, o objeto pretendido se classifica como serviço comum de engenharia, pois foi definido objetivamente por meio de especificações, de padrões de desempenho e de qualidade usuais no mercado de engenharia. Por essa razão, foi recomendada a modalidade de licitação denominada Pregão Eletrônico como forma de viabilizar a contratação almejada, sobretudo porque há no mercado várias empresas aptas a prestar tais serviços com o padrão de qualidade exigido e com a agilidade necessária.

O modelo de contratação, tendo em vista o seu regime de execução, não contempla acordo por níveis de qualidade de serviços e o pagamento pelos serviços prestados será feito em parcelas, conforme mediação e cronograma físico e financeiro de desembolso.

Foi ressalvada a impossibilidade de adoção do Sistema de Registro de Preços como forma de viabilizar a contratação do objeto pretendido em razão pois o SRP é inadequado para o caso em tela, visto que os quantitativos e o cronograma de execução do objeto já estão previamente definidos.



**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

Foi recomendada a vedação à participação de consórcios na licitação pretendida em razão de a complexidade e o vulto do objeto não terem potencial de limitar a ampla participação no respectivo certame de empresas aptas a executar o objeto do futuro contrato.

Além do mais, sublinhou que a admissão desse tipo de associação de empresas no certame poderia resultar em aumento injustificado do volume de serviço administrativo nas etapas de contratação e gestão do futuro contrato, onerando o custo a ser suportado pela Administração.

Nesse sentido, pontuou-se que potenciais empresas interessadas, em sua maioria, dispõem de condições de participar do certame e prestar a integralidade do objeto de forma independente, não sendo o caso de se permitir a junção de esforços de 2 (duas) ou mais empresas em forma de consórcio para a execução do objeto da contratação pretendida.

Na hipótese tratada nos autos, a previsão da possibilidade de participação de consórcios pode ter o condão de restringir a competitividade do certame na medida em que, admitindo-se que empresas possam se associar para disputar o certame, haverá, naturalmente, menos empresas em condições de disputar individualmente o objeto da licitação.

Foi previsto no TR a exigência de que a futura contratada tenha que prestar a garantia contratual na forma prevista no art. 96 da Lei 14.133/2021, no percentual de 5% do valor global do contrato.

Não consta dos autos a cópia da Portaria da Diretoria-Geral por meio da qual foram designados os atuais Agentes de Contratação do Senado Federal e a respectiva equipe de apoio, assim como informações



**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

acerca da disponibilidade orçamentária para fazer face à despesa decorrente da futura contratação.

A Coordenação de Processamento Externo de Licitações do Senado Federal - COPEL fez a análise da minuta de edital preliminar elaborada pela COATC/SADCON constante do documento nº 00100.066046/2025-20 e fez 5 (cinco) recomendações ao órgão técnico responsável pela presente proposta de licitação (ver documento nº 00100.071563/2025-11).

Em atenção às recomendações feitas pela COPEL no documento acima mencionado, a Coordenação de Projetos e Obras de Infraestrutura da Secretaria de Infraestrutura – COPROJ/SINFRA, por intermédio do documento nº 00100.073681/2025-63, prestou os esclarecimentos que julgava necessários e informou ter promovido os devidos ajustes na nova versão do Termo de Referência constante do documento nº 00100.073695/2025-87.

Ante o exposto e em conformidade com as disposições contidas no art. 53 da Lei nº 14.133/2021 e no art. 22 do ADG nº 14/2022, os autos do processo em epígrafe vêm a esta Advocacia para análise da regularidade jurídica do procedimento até então realizado e da juridicidade da minuta de edital constante do documento nº 00100.074106/2025-88.

## **II - ANÁLISE**

Inicialmente, convém destacar que este órgão jurídico, cuja análise se restringe à legalidade do processo, não possui conhecimentos técnicos em áreas diversas, tampouco lhe cabe emitir juízo valorativo sobre situações circunscritas ao âmbito de discricionariedade e/ou sobre





**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

questões cuja análise esteja regimentalmente atribuída a outro órgão do Senado Federal.

Quanto ao diploma legal que rege a presente análise, consta da minuta referência à Lei nº 14.133/2021 e legislação correlata. No âmbito do Senado Federal, foi editado o Ato da Diretoria-Geral nº 14/2022, dispondo acerca das atribuições e procedimentos de licitações e contratos administrativos no âmbito do Senado Federal, adequando-se a regulamentação interna ao disposto na nova lei de licitações (Lei nº 14.133/2021). Assim, a presente análise se pautará nessas normas citadas.

Por outro lado, considerando as informações constantes da última versão do Termo de Referência que subjaz a presente proposta de licitação e futura contratação (documento nº 00100.073695/2025-87 e seus anexos), verifica-se que o referido documento, sob o ponto de vista formal, foi elaborado de acordo com as diretrizes previstas no art. 13 e no Anexo III do Ato da Diretoria-Geral nº 14/2022.

Em relação à pesquisa de preços, tratando-se de contratação de serviços de engenharia que incluem o fornecimento de todos os insumos, materiais, equipamentos e ferramentas necessários, impunha-se que o respectivo procedimento e orçamento estimativo fossem objeto de Anotação de Responsabilidade Técnica junto ao CREA, nos termos do que prevê o art. 10 do Decreto nº 7.983/2013, o qual estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia a serem contratados e executados com recursos do Orçamento da União. Isso foi obedecido, nos termos da Lei nº 6.496/1977, conforme comprova o documento nº 00100.061523/2025-61.

Ademais, conforme o disposto no art. 18, *caput* e § 3º, do ADG nº 14/2022, é dispensada a ratificação da pesquisa de preços para itens de





**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

contratações de obras, insumos e serviços de engenharia para os quais seja apresentada Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) junto ao CREA, pois a regularidade do procedimento e dos cálculos é presumida nessa hipótese.

Há a necessidade de que os autos sejam instruídos com a cópia da Portaria da Diretoria-Geral por meio da qual foram designados os agentes de contratação do Senado Federal e a respectiva equipe de apoio.

Quanto a esse ponto, tem-se que o princípio da publicidade é inerente aos procedimentos licitatórios, necessário como instrumento de transparência destinado a garantir o controle social sobre as despesas públicas. Atente-se, portanto, ao que preceitua o art. 29 do ADG nº 14/2022, *verbis*:

*Art. 29. A fase externa do processo de licitação pública será conduzida por agente de contratação, ou, nos casos previstos no §2º do art. 8º ou no inciso XI do art. 32 da Lei nº 14.133, de 2021, por Comissão de Contratação.*

*§ 1º Os agentes de contratação poderão contar com o suporte necessário da Equipe de Apoio na condução dos procedimentos licitatórios, tanto na forma presencial quanto na eletrônica.*

*§ 2º Compete à Diretoria-Geral designar:*

*I - os agentes de contratação e os membros de Comissão de Contratação, dentre os servidores efetivos integrantes do Quadro de Pessoal do Senado Federal e observado o disposto no art. 6º deste Ato.*

*II - os integrantes da Equipe de Apoio, dentre os servidores integrantes do Quadro de Pessoal do Senado Federal.*

Sanadas as questões acima, restará pendente a adoção dos seguintes procedimentos: a) aprovação do termo de referência; b) autorização para realização do certame na modalidade proposta; c) a indicação da fonte orçamentária e a realização do pré-empenho dos recursos necessários para fazer face à despesa com a contratação



**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

pretendida; d) a autorização para a realização da despesa correspondente; e e) a designação dos gestores e fiscais do futuro contrato.

Noutro passo, conforme preceitua o art. 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133/2021, o pregão é uma modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento seja o de menor preço ou o de maior desconto.

O ADG nº 14/2022, em seu art. 27, § 1º, estabelece que será obrigatória a adoção da modalidade pregão quando o bem ou o serviço objeto do certame for considerado "comum", conforme análise empreendida pelo órgão técnico.

Já o art. 28, *caput* e §1º, do mesmo texto normativo logo acima citado preceitua que as licitações no Senado Federal deverão ser realizadas, preferencialmente, na forma eletrônica, utilizando-se o Sistema de Compras do Governo Federal.

Conforme já consagrado na doutrina e no ordenamento jurídico pátrio, bens e serviços comuns são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital e por meio de especificações usuais no mercado.

Esse também é o conceito adotado pelo Decreto nº 10.024/2019 (Regulamento do Pregão Eletrônico) em seu art. 3º, que define como comuns aqueles bens e serviços cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado.

Consoante disposto no Termo de Referência elaborado pela Secretaria de Infraestrutura do Senado Federal – SINFRA, que embasa a proposta de licitação ora em análise, os serviços de engenharia



**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

pretendidos, voltados à adequação dos espaços físicos localizados no Bloco 14 do Complexo Arquitetônico do Senado Federal, com vistas a melhor acomodar os servidores lotados na SPOL, ostentam natureza comum. Isso porque, conforme expressamente indicado no referido documento, foram definidos integralmente com base em especificações objetivas e usuais de mercado, consistindo em atividades simples, padronizadas, perfeitamente mensuráveis e passíveis de ampla execução por empresas especializadas em todo o território nacional.

Cumprе destacar que a primeira manifestação da Coordenação de Processamento Externo de Licitações (COPEL), consubstanciada no documento nº 00100.071563/2025-11, consistiu em indagar se, no caso concreto, estaríamos diante de um serviço comum de engenharia ou de uma obra. Tal distinção mostra-se relevante, uma vez que, tratando-se de obra, seria necessário promover alterações no processo, com a adoção da modalidade de concorrência, em substituição ao pregão. Em resposta, no bojo do documento nº 00100.073681/2025-63, o órgão técnico esclareceu a questão, destacando apenas o equívoco material cometido pela COPEL, ao afirmar tratar-se de contratação integrada, quando, na realidade, a minuta em exame versa sobre empreitada integral.

Feita essa contextualização, é preciso assinalar que a classificação de determinado objeto como serviço comum de engenharia ou como obra insere-se no campo técnico-científico, não se tratando de matéria de índole predominantemente jurídica. Trata-se, portanto, de atribuição que recai, por força regimental, sobre o órgão técnico, a quem incumbe a adequada qualificação do objeto e a precisão das informações prestadas.



**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

**Nesse ponto, cabe a esta Advocacia registrar que, com as devidas vênias, o item 6 do Termo de Referência, ao enfrentar a temática, revela-se lacônico, limitando-se a considerações genéricas, sem promover a necessária subsunção do objeto contratual ao conceito legal de serviços comuns de engenharia. Por tal razão, recomenda-se que o referido item seja revisto, com o devido reforço argumentativo da fundamentação técnica.**

**Outrossim, no que se refere à escolha da empreitada integral como regime de execução indireta, observa-se outra questão jurídica relevante que merece reflexão por parte do órgão técnico e da autoridade competente.** Isso porque, segundo entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União (TCU), a adoção da empreitada integral não deve ser utilizada como regra geral, especialmente em casos desprovidos de justificativa adequada. Sua utilização é admitida em situações que exijam “a perfeita integração entre obras, equipamentos e instalações [...]”, circunstância cuja verificação pressupõe juízo discricionário por parte dos agentes administrativos, considerando-se as peculiaridades do caso concreto<sup>1</sup>. Nesse sentido, colhe-se excerto da jurisprudência da Corte de Contas:

22. Após a publicação do orçamento detalhado elaborado pela Unifesp para subsidiar a elaboração das propostas, a Seinfra Urbana destacou que, “além dos serviços, equipamentos e instalações comumente executados dentro do escopo de obras públicas de edificações, há alguns itens que, eventualmente, poderiam ter sido objeto de contratação à parte, como, por exemplo, os equipamentos de cozinha industrial [...]”. Informou que os referidos itens totalizam R\$867.465,95, incluído o BDI.

23. Tem razão a Seinfra Urbana. A jurisprudência deste Tribunal é firme no sentido de que o regime de empreitada integral previsto no

<sup>1</sup> NIEBUHR, Joel de Menezes. *Licitação Pública E Contrato Administrativo*. 8.ED.. Belo Horizonte: Fórum, 2025. Disponível em: <https://www.forumconhecimento.com.br/livro/L1250>. Acesso em: 13 maio 2025.



**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

art. 6º, inciso VIII, alínea “e”, da Lei 8.666/1993 deve ser considerado na condução de projetos de vulto e complexos, em que a perfeita integração entre obras, equipamentos e instalações se mostre essencial para pleno funcionamento do empreendimento, a exemplo de obras em hidrelétricas. Essa complexidade não se encontra demonstrada nas obras pretendidas pela Unifesp.

TCU, Plenário. Acórdão nº 711/2016. Rel. Min. Ana Arraes, j. 30.3.2016.

**Neste ponto, em que pese o item 8 do Termo de Referência trazer breve justificativa para a adoção do regime de empreitada integral, esta Advocacia entende ser essencial que a justificativa técnica para a adoção do referido regime de execução indireta observe os parâmetros estabelecidos na jurisprudência do TCU.** Isso porque, embora não se afaste a possibilidade de utilização da empreitada integral para objetos de menor complexidade, trata-se de regime usualmente empregado em empreendimentos de maior envergadura, tais como obras industriais ou objetos que envolvam parcela significativa de fornecimento de equipamentos, instalações especiais e montagem eletromecânica, uma vez que a empreitada integral inclui, no escopo contratual, a entrega do objeto em condições de entrada em operação<sup>2</sup>.

Com relação ao critério de adjudicação do objeto pelo menor preço global, visto tratar de serviços compostos por etapas que são complementares e interdependentes, não há a possibilidade de decomposição do objeto em parcelas autônomas a fim de serem contratadas individualmente, sob pena de se comprometer todo o conjunto da contratação almejada. Desse modo, parece ser inviável a contratação de

<sup>2</sup> TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (Brasil). 4.4.1. Regimes de execução de obras e serviços de engenharia. Disponível em: <https://licitacoescontratos.tcu.gov.br/4-4-1-regimes-de-execucao-de-obras-e-servicos-de-engenharia-2/>. Acesso em: 13 maio 2025.



**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

empresas diferentes para a execução de itens e/ou parcelas que integram o objeto final pretendido.

Considerando o teor da Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União, verifica-se que o critério de adjudicação do menor preço global se justifica em razão dos motivos técnicos e econômicos apresentados pelo órgão técnico responsável pela contratação.

E mais, tendo em vista o valor total estimado para a contratação e a indivisibilidade do objeto pretendido, deve ser afastada a incidência do disposto nos incisos I, II e III do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006.

As exigências habilitatórias, notadamente as relativas à capacidade técnica profissional e operacional, assim como quanto à qualificação econômico-financeira das licitantes, parecem ser compatíveis com o objeto almejado e não aparentam representar restrição injustificada à ampla participação de empresas no certame a ser deflagrado.

Quanto à minuta de edital constante do documento nº 00100.074106/2025-88, no que tange à parte procedimental do certame, tem-se que ela está em conformidade com a legislação de regência, com as orientações desta Advocacia relacionadas a casos similares, ao passo que segue o padrão adotado pelo Senado Federal para licitações do gênero.

No tocante à nota endereçada pela COATC/SADCON a esta Advocacia ao final do subitem 11.3.2.2. da minuta de edital em apreço, esta Advocacia reafirma o entendimento esposado no Parecer nº 465/2024-ADVOSF, segundo o qual a Lei nº 14.133/2021 não exige certidão negativa de recuperação judicial como requisito de habilitação.



**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

Ademais, como dito alhures, a finalidade da recuperação judicial, conforme dispõe o art. 47 da Lei nº 11.101/2005, é viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.

Saliente-se, ainda, que a jurisprudência do STJ tem caminhado no sentido de se admitir a participação em licitações públicas de empresas em recuperação judicial (cf. o AGRg MC nº 23.499/RS). Assim, o fato de a licitante se encontrar sob recuperação judicial ou extrajudicial não pode acarretar, *prima facie*, sua eliminação do certame.

No que concerne à minuta contratual (Anexo 7 da minuta de edital), tem-se que seu conteúdo, além corresponder ao teor do Termo de Referência que lhe serve de base, está em conformidade com a legislação de regência e com as orientações desta Advocacia relacionadas a casos similares e segue o padrão adotado pelo Senado Federal para contratações do gênero.

### **III - CONCLUSÃO**

Em conclusão, observadas as recomendações constantes deste parecer e ressalvada eventual impropriedade de ordem técnica que escape ao conhecimento jurídico, entende-se que a minuta constante do documento nº 00100.074106/2025-88 poderá ser considerada regular e apta à aprovação pela autoridade competente.

É o Parecer.

Brasília, 13 de maio de 2025.







**SENADO FEDERAL**  
Advocacia  
Núcleo de Processos de Contratações

*(assinado digitalmente)*  
**LUCIANO DE SOUSA DIAS**  
*Assessor Jurídico - OAB/DF 12.260*

**Aprovo.** Junte-se ao processo em epígrafe e encaminhe-se à COATC/SADCON para conhecimento e adoção das providências pertinentes.

Brasília, 13 de maio de 2025.

*(Assinado digitalmente)*  
**FELIPE DE PAULA LYRA**  
*Advogado do Senado Federal – OAB/DF nº 76.533*  
*Coordenador do Núcleo de Processos de Contratações*

